



ANO V - Nº 53
MARÇO/ABRIL
2017

Filiado à:  

Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Pernambuco

TIM
Paga um bom PPR aos trabalhadores

■ Pág. 03

Oi
PPR é pago mesmo com prejuízo
recorde

■ Pág. 04

Teleatendimento
Mais uma conquista para os
trabalhadores

■ Pág. 05



Neobpo

Sindicato consegue melhor acordo do ano

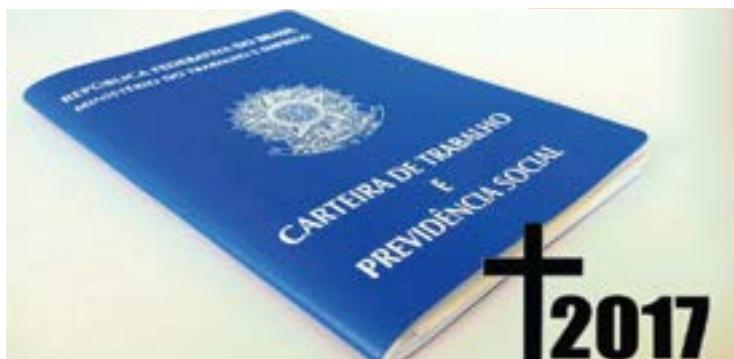
Página 02



Convenção Coletiva de Trabalho

É dada a largada na campanha salarial da rede externa

Página 04



Terceirização

Mais um golpe contra os direitos dos trabalhadores

Página 05



Contax

Proposta avança e trabalhadores aprovam acordo

Página 06

FALA, PRESIDENTE



Passado o Carnaval, ficou escancarado o festival de maldades do golpista Temer. O presidente mais impopular da história do país assinou a lei liberando a terceirização ampla, geral e irrestrita. Acabou com as Farmácias Populares e com o Programa Educação Sem Fronteiras e está se esforçando agora para acabar com todos os direitos trabalhistas, com a Justiça do Trabalho e com a Previdência Pública.

Tudo isso está acontecendo sob os aplausos dos grandes grupos empresariais e da imprensa brasileira, sempre venal. Para não falar de setores do judiciário metidos a “anjos da lei”, mas no fundo, no fundo, tudo

santinho do pau oco.

Chegou a hora dos trabalhadores darem uma resposta a tanta canalhice. A greve geral convocada pela CUT e outras centrais sindicais é o único remédio capaz de estancar esta sangria.

Você também é responsável por seu futuro e dos seus filhos. Lute agora, pois amanhã será tarde demais. No próximo dia 28 de abril, demonstre sua insatisfação, cruze os braços e venha para rua protestar contra este governo ilegítimo que está acabando com todas as conquistas históricas do povo brasileiro. A hora é agora!

Marcelo Beltrão

Campanha salarial da Neobpo chega ao fim com o melhor acordo do teleatendimento



Na última quarta-feira (05), chegou ao final a campanha salarial em teleatendimento mais longa deste ano. A diretoria do Sinttel realizou duas grandes assembleias de deliberação para tratar da renovação do Acordo Coletivo de Trabalho da Neobpo.

Foram mais de 3.000 trabalhadores participando durante todo o dia do processo de votação que foi secreto e foi até o início da noite para que todos tivessem total tranquilidade para fazer a sua opção. A apuração dos votos ocorreu no próprio local

da votação e foi acompanhada por dezenas de trabalhadores. Já por volta das 19h, saiu o resultado final e, com 70% (2.287 votos), a proposta 2 foi a vencedora.

“O mérito é de todos, já que com a rejeição da proposta inicial o sindicato buscou imediatamente a diretoria da Neobpo e, em seguida, o Ministério do Trabalho para mediar o conflito. Só assim, foi possível “costurar” uma proposta que teve avanços tanto na parte econômica quanto nas cláusulas sociais, colocando o acordo aprovado como o melhor do setor de teleatendimento

em Pernambuco”, ponderou o presidente do Sinttel, Marcelo Beltrão.

Entre os itens da proposta aprovada estão: abono de R\$ 190,00, licença-acompanhamento de 12 dias anuais p/ mães com filhos até 12 anos, licença-acompanhamento e auxílio-creche extensivo aos pais que tenham a guarda dos filhos (nos mesmos moldes das mães), abono de 12% do salário para quem ganha acima do piso, reajuste salarial de 6,5% para os operadores e de 4% para quem ganha acima do piso, reajuste do auxílio-alimentação e do auxílio-creche de 4%, trabalhadores estudantes não poderão ter seu turno de trabalho alterado unilateralmente pela empresa, trabalhadoras com filhos até 12 anos não poderão ter seu turno de trabalho alterado unilateralmente pela empresa e manutenção das demais cláusulas do acordo atual.

É importante lembrar que os pagamentos do abono e da PLR ocorrerão amanhã dia 13, assim como o reajuste dos salários.

Acordo Coletivo da Teleinformações é aprovado pelos trabalhadores

A última rodada de negociação aconteceu no último dia 15 de março. A diretoria do Sinttel esgotou ao máximo os debates com os representantes da empresa sobre os itens para a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho. Com a data-base em 1º de fevereiro já vencida, os argumentos dos dirigentes do sindicato foi de que os trabalhadores não poderiam pagar a conta pela crise econômica atual.

Uma assembleia para deliberação dos encaminhamentos finais da campanha salarial 2017 foi convocada para o dia 23 de março, na sede do Sinttel. Por ampla maioria, trabalhadores aprovaram a proposta. Confira ao lado principais itens do acordo:

Itens negociados e aprovados:

• Piso salarial:

- Operador – R\$ 937,00;
- Supervisor – R\$ 1.384,50;
- Monitor – R\$ R\$ 996,33;
- Agente de back office – R\$ 965,32;
- Para os demais cargos reajuste de 3%.

• Vale-alimentação:

- Carga horária de 6h – 10% de reajuste;
- Carga horária de 8h – almoço será subsidiado pela empresa no valor de R\$ 12;
- Manutenção das demais cláusulas.

TIM apresenta resultados finais do PPR/2016

A TIM apresentou ao sindicato os resultados alcançados do PPR/2016. Os três objetivos estipulados (receita líquida de serviços, EBITDA e os OPEX líquido) para a premiação do programa atingiram 77,9 da meta. Isso significará um PPR na média de 1,8 salários (como já foi pago o adiantamento de 1 salário, a diferença será paga no próximo mês). Mas, vale salientar que têm trabalhadores que receberão mais

de 2 salários.

O pagamento para os empregados será efetuado na folha de maio/2017. Para os desligados que trabalharam durante o ano passado, o pagamento ocorrerá no mês seguinte. “O valor ficou aquém das nossas expectativas, entretanto mesmo em um cenário de grave crise, foi possível garantir uma boa premiação aos trabalhadores”, afirmou o diretor do Sinttel, José Félix.

Começam as negociações do PPR da Vivo

Ocorreu na última semana, em São Paulo, a primeira reunião com a diretoria da empresa visando a renovação do acordo coletivo do PPR. A ideia que a empresa apresentou foi no sentido de unificar as metas e os indicadores já usados para pagamento dos bônus aos executivos. Assim, ficariam todos os trabalhadores

na mesma métrica. Nos demais itens, não houve proposta de mudanças.

“Esta foi a primeira de uma série de reuniões. Da nossa parte, estamos buscando a unificação dos pagamentos e a elevação do target para 2,5 salários”, afirmou o diretor do sindicato e membro da comissão nacional de negociação, José Anchieta.

Qualytec encerra as atividades

No último dia 22 de fevereiro, a diretoria do Sinttel se reuniu com os representantes dos trabalhadores da Vivo e da Qualytec na intenção de buscar uma solução para os pagamentos das verbas rescisórias.

Vale lembrar que a Qualytec prestava serviços à Vivo e com a perda do seu contrato alegou que não tinha recursos para a quitação das demissões. “Insistimos que os trabalhadores não têm culpa e cobramos da direção da Vivo uma solução, afinal de contas, ela é a contratante dos serviços”, disse o diretor do Sinttel, Lamartine Vasconcelos. Após a cobrança, a diretoria da Vivo concordou em efetuar os pagamentos aos funcionários.

Os pagamentos já ocorreram para a maior parte do pessoal, mas nem todo mundo recebeu ainda devido a divergências nos dados informados pela empresa. O sindicato já tomou conhecimento destes erros e acionou a direção da Vivo, que se comprometeu em resolver a situação o mais rápido possível.

EXPEDIENTE

Publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Pernambuco, filiado à CUT e à FENATTEL.

Rua Afonso Pena, 333
Boa Vista, Recife PE
CEP: 50.050-130
Fone: 3320.8666
www.sinttel-pe.org.br
sinttel-pe@uol.com.br

Tiragem: 15 mil exemplares
Gráfica Alencar

Jornalista Responsável:
Priscilla Melo (DRT 4347)

Marcelo Beltrão
Presidente

Diretoria de Comunicação
Lamartine Vasconcelos
Pedro Henrique Reinaux

Sub-sede Caruaru
Av. Frei Caneca, 152 - Sala 03
Nossa Senhora das Dores
Caruaru/PE

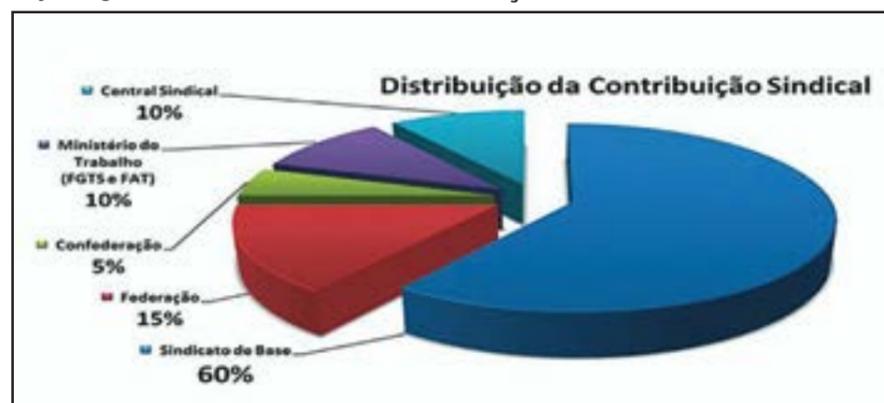
Contribuição sindical: para que serve mesmo?

A contribuição sindical é um tipo de contribuição social devida obrigatoriamente por todos que participam de determinada categoria econômica ou profissional, independentemente de serem ou não associados a um sindicato.

Conforme o art. 589 da CLT, os trabalhadores devem pagar a contribuição uma vez por ano, sendo o valor correspondente a um dia normal de trabalho, sem inclusão de hora-extra ou qualquer adicional.

A contribuição é distribuída legalmente entre os sindicatos, federações, confederações e à “Conta Salário e Emprego”, administrada pelo Ministério do Trabalho. O objetivo da cobrança é o custeio das atividades sindicais e os valores da Conta Salário e Emprego integram os recursos do FAT-Fundo de Amparo ao Trabalhador (que garante o pagamento do seguro-desemprego, por exemplo). Esta cobrança anual é sempre efetuada no mês de março!

Veja no gráfico como os recursos da contribuição sindical são distribuídos:



Mesmo com prejuízo, Oi paga PPR 2016

Desde o final do ano passado, a Comissão Nacional de Negociação da Fenattel, cujo coordenador é o presidente do Sinttel, Marcelo Beltrão, tem insistido para que uma decisão sobre o Placar acontecesse o mais rápido possível.

Apesar do momento de muita instabilidade sobre o futuro da empresa com a aproximação da assembleia de credores que definirá o resultado da recuperação judicial e também com a publicação do balanço registrando um prejuízo superior a R\$ 7 bilhões (sem falar na possibilidade de uma intervenção estatal), foi possível garantir uma premiação pequena, mas importante.

Com relação ao Placar 2017, as linhas gerais construídas ao longo dos últimos anos foram mantidas para este acordo. Já com relação ao Placar passado, o valor final foi de 0,7 salários, ou seja, 70% do salário. Como já foi antecipado 50%, os trabalhadores receberam apenas o valor restante.

Lojas Paggo

Para os trabalhadores das lojas, o valor do Placar 2016 ficou em 0,87. Como foi antecipado 30% no final do ano, ficou faltando receber 0,57 do salário. Vale lembrar que o Placar 2017 contará com os mesmos indicadores e metas do ano passado.

Campanha salarial da rede externa

Com data base em 1º de maio, a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho 2017/2018 começou a ser trabalhada pela diretoria do Sinttel. A pauta de reivindicações foi entregue ao sindicato patronal no último dia 10 de abril. Vários trabalhadores das empresas Rede Conecta, R2 e Tecnomulti (as três maiores do segmento com atuação em Pernambuco) colaboraram participando de uma pesquisa que auxiliou na elaboração da pauta. As respostas foram cruzadas e foram mostradas as prioridades a serem focadas durante a negociação. Veja abaixo os itens da proposta apresentada:

Itens da pauta:

- Reajuste de 10% nos salários e benefícios;
- Equiparação salarial de cabista e opdq com multifunções;
- PLR 2017 para pagamento em 30.04.18;
- Produtividade de R\$ 100,00 para os que não estão no programa da R.V;
- V.A R\$ 22,00 para 40hs e R\$ 7,00 para 36hs;
- Plano de saúde - participação do empregado 30%;
- Veículos leve de 0 a 4 anos - R\$ 1.050,00 /acima de 4 anos - R\$ 750,00 e demais veículos 10%;
- Pagamento de 50% do veículo nas férias;
- Auxílio creche - elevar para 5 anos de idade e valor de R\$ 250,00;
- Jornada de trabalho 40hs de segunda a sexta-feira;
- Cesta básica telefonista R\$ 240,00;
- Locação do notebook R\$ 130,00;
- Cesta básica natalina R\$ 500,00;
- Folga sem descontos na data do aniversário;
- Adicional de condutor - 10% do salário nominal;
- Adicional tempo de serviço, 0,5% por ano trabalhado;
- Jornada especial para estudantes e mães com filhos até 14 anos;
- Declaração de acompanhamento - 05 por ano trabalhadores (as) acompanhar internação e consultas;
- Manutenção das demais cláusulas.

Golpe da terceirização: a legalização do subemprego



Na calada da noite, o Projeto de Lei 4302 que permite a terceirização de todas as atividades das empresas foi aprovado no mês passado pela maioria da Câmara dos Deputados. Mais um golpe, pois tal projeto de lei foi proposto no governo de Fernando Henrique Cardoso e depois de passar no Senado, ficou engavetado quando Lula ganhou a eleição. Durante estes anos com Lula e Dilma nenhum deputado teve coragem de botar para

votar, pois sabiam que seria vetado pelo Presidente da República.

O PL 4302 só foi ressuscitado agora, quando um bando de canalhas a serviço dos grandes empresários e banqueiros dá um golpe e assume o Palácio do Planalto.

Apoiando-se numa maioria de deputados golpistas e corruptos, atendendo à pressão de empresários que querem flexibilizar direitos e precarizar as relações de trabalho para aumentar os seus

lucros, a Câmara dos Deputados liderada por Rodrigo Maia (DEM-RJ) aprova esta lei que afetará completamente o mercado de trabalho no país. Com esta medida, agora está legalizado o subemprego!

A CUT e o Sinttel não reconhecem qualquer legitimidade nessa votação, feita na calada da noite e a toque de caixa por uma Câmara dos Deputados desmoralizada diante da opinião pública nacional e internacional pelos sucessivos atropelos à democracia e aos direitos da classe trabalhadora.

Conclamamos todos os trabalhadores em telecomunicações e de todos os setores da sociedade que compreendem que os direitos trabalhistas são parte essencial dos direitos humanos, à mais ampla mobilização para derrotar, nas ruas e nos locais de trabalho esse golpe desferido com a aprovação da terceirização em todas as atividades das empresas, abrindo a via para transformar empregos formais e regulamentados, em “bicos” de trabalho precário, temporário e parcial com salários e direitos rebaixados!

Todos estão convocados para cruzar os braços no próximo dia 28. Greve geral contra a terceirização e contra a reforma da previdência!

Sindicato avança em item que beneficia trabalhadores em teleatendimento

Em sua grande maioria, a categoria de teleatendimento é composta de jovens que estão começando no primeiro emprego. Pensando em criar um mecanismo que possibilite a formação desses jovens, a diretoria do Sinttel vem conquistando a implementação da cláusula que trata especificamente dos trabalhadores estudantes e mães com filhos até 14 anos no Acordo Coletivo de Trabalho.

Aquele trabalhador que estiver matriculado em estabelecimento de ensino e frequenta curso superior ou profissionalizante terá a garantia de que a empresa não mude de forma unilateral seu turno de trabalho e prejudique sua formação

acadêmica.

Essa pauta foi inserida inicialmente no Acordo Coletivo de 2015 na CSU. No ano seguinte, foi a vez dos trabalhadores da Datamétrica serem contemplados. Em 2017, foi aprovado também no ACT da Contax, Teleinformações e Provider.

Essa discussão também foi ampliada para as mães que têm filhos até 14 anos e matriculados em qualquer estabelecimento de ensino. Isso quer dizer que as trabalhadoras não poderão ter seu turno de trabalho alterado prejudicando a frequência escolar dos seus filhos. A empresa deve ser notificada imediatamente após a matrícula. É importante ressaltar que essa

garantia foi conquistada agora na Neobpo. O sindicato segue firme para tentar ampliar para as demais empresas do setor. Não se trata de uma tarefa fácil, pois, por incrível que pareça, ainda existem resistências de alguns empresários.

Vale lembrar que é preciso apresentar ao RH da empresa uma declaração atualizada que comprove a matrícula e o horário do curso (especificando detalhadamente a hora que começa e termina o curso). Caso haja alguma dúvida ou dificuldade entre em contato com o Sinttel, os diretores vão estar à disposição para fortalecer ainda mais a categoria. Juntos somos mais fortes.

Campanha salarial histórica na Contax

A campanha salarial do teleatendimento começou em novembro do ano passado com a entrega da pauta nacional de reivindicações. As negociações aconteceram, em São Paulo, e contaram com os representantes das principais empresas do setor como: Teleperformance, Contax, Atento, Alma Viva e Brasil Center. Do nosso lado, representando os trabalhadores, estavam os dirigentes sindicais de várias partes do país.

Uma semana antes do Carnaval, as empresas lançaram uma proposta de R\$ 500,00 de abono e PLR. No entanto, “empurravam goela abaixo” a mudança na data-base sem sequer dar garantias do reajuste salarial em janeiro de 2018 e mais algumas maldades. Com isso, a assembleia realizada no dia 23 de fevereiro teve uma resposta histórica dos trabalhadores. A insatisfação foi retratada nas urnas e mais de 3 mil trabalhadores disseram não à proposta.

O sindicato exigiu a reabertura das negociações e o cenário havia mudado, pois em São Paulo a proposta anterior terminou sendo aprovada. Essa decisão absurda nos fragilizou, pois diminuiu nosso poder de pressão, já que no estado onde se concentra a sede das maiores empresas do setor, inclusive a Contax,



a CSU e a Neobpo estão 50% de todos os trabalhadores em teleatendimento do país.

Mas, apesar disto, após mais duas semanas de mobilização, foi possível avançar nas cláusulas sociais e com relação ao abono, foi possível garantir que o pagamento seja de fato para todos. Por exemplo, antes o trabalhador que tivesse 4, 6 ou 9 meses na empresa receberia apenas uma parte do abono correspondente ao tempo de serviço. A mesma coisa aconteceria com o rea-

juste salarial, só receberia o percentual completo quem tivesse um ano ou mais de empresa, quem tivesse menos tempo receberia 3%, 2% ou até 1%. O valor do abono compensatório foi de R\$ 345 para todos os operadores, inclusive os novatos, pagos juntos com a folha de pagamento de março.

Em nova assembleia, mais de 4.500 trabalhadores participaram das deliberações do Acordo Coletivo de Trabalho 2017 e 77% se posicionaram favoráveis aos itens negociados.

Veja a proposta final:

- Abono compensatório de R\$ 345 para todos os operadores;
- Abono compensatório de 24% do salário para quem ganha acima do piso salarial;
- PL de R\$ 155 sem desconto de faltas ao longo do ano (como ela é referente a 2016, só receberá quem estava na empresa em 31/12/2016);
- Reajuste salarial de 6,5% para os operadores e 4% para os demais, sem critério de proporcionalidade (em 1 de julho);
- O auxílio-alimentação e o auxílio-creche serão reajustados em 4% (em 1º de julho);
- Licença para acompanhamento de filhos ao médico passa para 7 dias anuais;
- Mães com filhos até 12 anos não poderão ter seus horários alterados unilateralmente pela empresa;
- Trabalhadores estudantes não poderão ter seus horários alterados unilateralmente pela empresa, respeitando o intervalo de 2h;
- Programa Luz-Gestação isentará de pagamento de exames médicos as trabalhadoras inscritas;
- Mudança de data-base para 1º de julho, mas com reunião confirmada entre sindicatos e empresa em janeiro para recomposição do piso salarial.